

PRINCIPAIS ACHADOS/RECOMENDAÇÕES

- Defensores da saúde pública devem buscar altos níveis de autonomia *de jure* quando do estabelecimento de agências regulatórias e/ou de vigilância sanitária, incluindo:
 - ♦ Orçamentos independentes, mandatos maiores para lideranças nomeadas, e desvinculação de participação legislativa.
- Agências regulatórias/de vigilância sanitária devem gerar autonomia *de facto* afirmando seu mandato de monitorar e regular a saúde pública, e se protegendo de ataques à sua autonomia *de jure*.
- Agências regulatórias/de vigilância sanitária devem ainda:
 - ♦ Manter um perfil público sólido, baseado em altos níveis de conhecimento técnico e compromisso com a proteção do bem público em geral.
 - ♦ Ter cuidado para não cometer excessos no alcance de suas atividades e arriscar a alienação de constituintes poderosos que possam vir a minar sua capacidade de criar e implementar políticas de saúde pública.

Oportunidades e Desafios do Mecanismo de Coordenação Nacional do Controle do Tabagismo no Brasil

Após a conclusão das negociações da CQCT da OMS em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou um Decreto Presidencial datado de 1º de agosto de 2003 criando a Comissão Nacional para a Implementação da CQCT da OMS e seus Protocolos (CONICQ). A CONICQ foi um dos primeiros mecanismos de coordenação do mundo a incluir todos os setores de governo na tentativa de facilitar uma enfoque pangovernamental para a implementação da CQCT e das políticas de controle do tabagismo em geral. A estrutura da Comissão foi criada com o fim de sistematizar o controle do tabagismo dentro do governo, evitando ao mesmo tempo a interferência da indústria do tabaco em políticas de controle do tabagismo ao excluir, explicitamente, a representação da indústria do tabaco na CONICQ. A CONICQ desempenha um papel importante na definição de normas para interações governo-indústria, e trabalha para estabelecer sinergias entre diferentes setores de governo. Por exemplo, o setor de saúde trabalha de perto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para desenvolver estratégias para implementar os Artigos 17 e 18 da CQCT da OMS.

A CONICQ também enfrenta vários desafios, incluindo preferências políticas conflitantes entre agências de saúde e setores que tradicionalmente apoiam a atividade da indústria do tabaco. Esses conflitos têm tido saliência à medida que o Brasil trabalha para definir padrões globais para controle do tabagismo. A CONICQ tem a difícil tarefa de unir setores historicamente divergentes a fim de criar alinhamento e construir novas iniciativas políticas nos interesses do controle do tabagismo.

PRINCIPAIS RESULTADOS/RECOMENDAÇÕES

- A liderança da CONICQ deve continuar fortalecendo as relações entre os setores do governo que demonstram compromisso com a implementação da CQCT (ex. Ministério da Fazenda e Ministério do Desenvolvimento Agrário)
- A CONICQ deve trabalhar com organizações da sociedade civil e outros setores do governo para implementar as normas de interações governo-indústria do tabaco dispostas na “portaria da transparência” (Portaria No. 713/2012 do Ministério da Saúde)
 - ♦ Esse trabalho deve estar sobretudo voltado aos Ministérios, tais como o da Agricultura, que trabalham de perto com representantes da indústria do tabaco, particularmente a Câmara Setorial do Tabaco
- A CONICQ deve continuar trabalhando com tomadores de decisão chaves para estabelecer uma política governamental abrangente sobre tabaco e controle do tabagismo que leve em consideração questões de apoio governamental ao cultivo e fabricação do tabaco e que se alinhe às obrigações com a CQCT.



We **save lives** and create more birthdays by helping you stay well, helping you get well, by finding cures, and by fighting back.

cancer.org | 1.800.227.2345



Para acesso ao relatório integral, favor enviar um email para jeffrey.drope@cancer.org.

Este relatório foi apoiado por um subacordo com a Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health, com fundos fornecidos pela Bloomberg Initiative to Reduce Tobacco Use. Seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva dos autores e não necessariamente representa as visões oficiais desses apoiadores.

RESUMO
EXECUTIVO



IMAGE PROVIDED BY MARCELO MORENO, CETAB.

A ECONOMIA POLÍTICA DO CONTROLE DO TABAGISMO NO BRASIL: PROTEGENDO A SAÚDE PÚBLICA EM UM AMBIENTE POLÍTICO COMPLEXO

A medida que o Brasil e vários outros governos trabalham para melhorar suas políticas de saúde pública, é crucial considerar o contexto mais amplo sob os pontos de vista político-institucional e econômico. Específicos ao controle do tabagismo, vários temas-chave surgem:

- As implicações potenciais de novos acordos de comércio e investimento
- A interseção e a interação dos acordos internacionais com as políticas domésticas
- A importância de instituições governamentais autônomas que promovem a saúde pública
- A promoção da cooperação intragovernamental para gerar políticas pró-saúde

Os resultados da pesquisa, e as recomendações, aqui apresentados foram desenvolvidos através de levantamentos de publicações acadêmicas, documentos e relatórios oficiais, e de entrevistas com informantes-chave de todos os setores relevantes aos objetivos do projeto. Os temas identificados são relevantes para esforços mais abrangentes para a melhoria de políticas de saúde pública ao redor do mundo, particularmente na área de prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs).



THE OFFICIAL SPONSOR
OF BIRTHDAYS.®

Implicações de Novos Acordos de Comércio para o Controle do Tabagismo no Brasil

Os acordos de livre comércio (ALC) liberalizam substancialmente o comércio entre os países participantes, e portanto vão além dos compromissos feitos com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os ALC apresentam dois riscos para o controle do tabagismo.

O primeiro risco é que a redução das tarifas (alfandegárias) pode estimular o consumo de tabaco, levando a menores preços de varejo para produtos importados e aumentando a concorrência entre os produtores. Nossa análise sugere que é difícil prever o impacto da redução de tarifas sobre os preços do varejo no Brasil.

O segundo risco é que os ALC podem trazer restrições legais adicionais sobre a capacidade das Partes de implementar medidas de controle do tabagismo. Negociações contemporâneas de ALC destacam quatro questões importantes para consideração:

- Compromissos de investimento que protegem investimentos estrangeiros e dão aos investidores estrangeiros novos direitos legais.
- Compromissos para proteger direitos de marca registrada acima daqueles dispostos na lei da Organização Mundial do Comércio ('TRIPS Plus').
- Regras que regem a tomada de decisões regulatórias que podem fornecer à indústria do tabaco uma plataforma para se opor à regulação.
- Linguagem específica para o tabaco, que poderia excluir o tabaco de novos compromissos, mas que também poderia afetar a interpretação de compromissos existentes.

PRINCIPAIS RESULTADOS/RECOMENDAÇÕES

No Brasil, a cada negociação de um acordo internacional ou acordo de investimento, a comunidade de saúde pública deve avaliar o efeito de novas tarifas e restrições legais sobre o consumo de tabaco e sobre as medidas de controle do tabagismo. Além disso, o estabelecimento de plataformas ativas para discussão de saúde pública e comércio poderia ajudar a equilibrar interesses econômicos com a priorização da saúde.

Investimento e Incentivos Fiscais no Setor de Tabaco Brasileiro

Os governos usam investimentos e incentivos fiscais, tais como reduções de impostos, para atrair investimentos. No contexto do setor tabaco, essas iniciativas geram economias que reduzem o custo de produção. As pesquisas na área sugerem que é provável que haja um aumento do consumo de tabaco se essas economias forem repassadas ao consumidor através de preços mais baixos. Por essa razão, as Diretrizes do Artigo 5.3 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da OMS (CQCT) recomendam que as Partes não concedam incentivos econômicos à indústria do tabaco.

No Brasil, os incentivos econômicos, tanto na esfera estadual quanto federal, têm várias formas incluindo isenções fiscais, subsídios na forma de sementes para cultivo de outras culturas durante a entressafra e empréstimos para apoiar o cultivo de tabaco. Se estes subsídios, especialmente assistência para o desenvolvimento de culturas alternativas sustentáveis, atuassem como uma forma de incentivo aos fumicultores a fim de diminuir a oposição ao controle do tabagismo, eles poderiam ter um impacto positivo sobre a economia política do controle do tabagismo. Contudo, os subsídios que apoiam a produção do tabaco no Brasil não fazem mais do que apoiar a indústria e fortalecer sua posição política. Desta forma, os subsídios para a produção não devem ser apoiados em termos de saúde e economia.



IMAGES PROVIDED BY MARCELO MORENO, CETAB

PRINCIPAIS RESULTADOS/RECOMENDAÇÕES

No contexto de incentivos ao investimento e subsídios, a comunidade do controle do tabagismo deve:

- Opor-se, utilizando-se argumentos econômicos e de saúde – aos incentivos fiscais e outros subsídios oferecidos ao setor tabaco.
- Reconhecer que subsídios e incentivos para fumicultores poderiam ser usados como uma compensação pelos avanços políticos no controle do tabagismo, mas que abordagens que apoiem a implementação de culturas alternativas sustentáveis são preferíveis a abordagens que apoiem o cultivo do tabaco.

Teorizando a Regulamentação – Formação e Efeitos da CQCT

No fim de 2010, a Conferência das Partes da CQCT da OMS adotou Diretrizes Parciais para a Implementação dos Artigos 9 e 10 da Convenção referentes à regulamentação do conteúdo dos produtos derivados do tabaco e à regulamentação da divulgação de informações sobre produtos de tabaco. Logo depois, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou uma consulta pública referente a uma proposta de resolução para proibir aditivos em produtos derivados do tabaco comercializados no Brasil. Essa resolução e a regulamentação que se seguiu não teriam ocorrido se não fosse pela adoção das Diretrizes Parciais para a Implementação dos Artigos 9 e 10.

PRINCIPAIS RESULTADOS/RECOMENDAÇÕES

- A regulamentação da Anvisa sobre os aditivos nos produtos derivados do tabaco não teria ocorrido se não fosse pela adoção das Diretrizes Parciais para a Implementação dos Artigos 9 e 10 da CQCT da OMS.
- Para limitar a influência da indústria do tabaco e garantir bons resultados para a saúde pública, é importante enquadrar o desenvolvimento de diretrizes da CQCT da OMS como um processo técnico, não político.
- O processo técnico para o desenvolvimento das Diretrizes para a CQCT da OMS pode fornecer um fórum de aprendizado para as Partes, e de difusão de políticas públicas entre as mesmas.
- O processo de desenvolvimento das Diretrizes Parciais para a Implementação dos Artigos 9 e 10, e seu papel na regulamentação brasileira, traz importantes lições para os esforços globais de prevenção e controle das DCNTs. A criação de fóruns internacionais compostos por Estados, focados em questões técnicas regulatórias, pode facilitar o aprendizado, a difusão de políticas e uma regulamentação mais forte aos fatores de risco para DCNTs.

Desenho Institucional e Governança

Vários acadêmicos e observadores de boa governança argumentam que níveis maiores de autonomia das agências regulatórias podem ajudar a isolar os tomadores de decisão das influências e/ou interferências políticas ao processo de desenvolvimento de regras e regulamentos. Em teoria, as pessoas que trabalham em agências regulatórias costumam ser mais bem informadas e mais equilibradas e neutras em seus esforços de elaboração de regras do que seus colegas políticos que possam estar enfrentando e/ou servindo a interesses conflitantes. No Brasil, a Anvisa aproveita seus altos níveis de autonomia estatutária ou *de jure* para regular os produtos derivados do tabaco através de intervenções usando políticas públicas comprovadas, tais como advertência sanitárias, restrições sobre publicidade e patrocínio, e proibições de aditivos e flavorizantes nos produtos do tabaco. Sua reputação sólida de profissionalismo, expertise e promoção do bem público gera maior autonomia *de facto*, o que alavanca a agência para desenvolver políticas pró-saúde. A indústria do tabaco entende o impacto negativo que as medidas da Anvisa podem ter sobre seus negócios e, conseqüentemente, ataca sua autoridade através de meios legais e da mídia.